

***Brasnorte Transmissora
de Energia S.A.***

CNPJ nº 09.274.998/0001-97

*Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1º de março de 2016.

Informações Comparativas – Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC 1 RJ 093.376/O-3

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ n.º 09.274.998/0001-97

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(Não auditado)</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	701	8.121
Títulos e valores mobiliários	5	1.728	-
Clientes	6	2.442	2.748
Impostos e contribuições sociais		930	1.853
Outras contas a receber	10	420	511
Total dos ativos circulantes		<u>6.221</u>	<u>13.233</u>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	37	-
Depósitos judiciais	9	2.063	249
Clientes	6	169	144
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	-	557
Outras contas a receber	10	108	108
Imobilizado	7	201.017	207.183
Intangível	7	2.358	2.358
Total dos ativos não circulantes		<u>205.752</u>	<u>210.599</u>
Total dos ativos		<u>211.973</u>	<u>223.832</u>
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		505	242
Empréstimos e financiamentos	12	-	10.868
Debêntures	12	5.640	-
Impostos e contribuições sociais		851	794
Taxas regulamentares	14	514	512
Dividendos a pagar	19	9.892	8.182
Outras contas a pagar	10	2.021	1.986
Total dos passivos circulantes		<u>19.423</u>	<u>22.584</u>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	12	-	5.409
Impostos e contribuições diferidos	8	363	-
Outras contas a pagar	10	2.680	1.689
Total dos passivos não circulantes		<u>3.043</u>	<u>7.098</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16	191.052	191.052
Reserva de lucros	16	44.216	32.005
Prejuízos acumulados	16	(45.761)	(28.907)
Total do patrimônio líquido		<u>189.507</u>	<u>194.150</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>211.973</u>	<u>223.832</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(Não auditado)</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		22.190	20.618
Parcela variável e outras receitas		2.196	1.611
Receita bruta		24.386	22.229
PIS e COFINS		(2.349)	(2.166)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(892)	(883)
Tributos e encargos		(3.241)	(3.049)
Receita líquida	23	21.145	19.180
Pessoal	18	(1.236)	(1.043)
Material		(103)	(33)
Serviços de terceiros		(4.649)	(3.476)
Depreciação e amortização		(6.706)	(6.745)
Outros custos operacionais		(49)	(405)
Custos operacionais		(12.743)	(11.702)
Pessoal e administradores	18	(142)	(261)
Serviços de terceiros		(665)	(750)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(148)	(53)
Despesas operacionais		(955)	(1.064)
Resultado da atividade		7.447	6.414
Receitas financeiras		1.589	751
Despesas financeiras		(2.425)	(3.323)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	25	(836)	(2.572)
Resultado antes dos impostos e contribuições		6.611	3.842
Imposto de renda e Contribuição social correntes		(445)	(346)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	17	(918)	342
Imposto de renda e Contribuição social		(1.363)	(4)
Lucro do exercício		5.248	3.838
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$ mil)	22	0,02747	0,02009
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$ mil)	22	0,02747	0,02009

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras contábeis regulatórias.

Brasnorde Transmissora de Energia S.A.
CNPJ n.º 09.274.998/0001-97

**Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014 (Não auditado)</u>
Lucro do exercício		<u>5.248</u>	<u>3.838</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u>5.248</u>	<u>3.838</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Incentivo Fiscal</u>	<u>Especial</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)		191.052	1.605	2.210	18.176	(14.548)	198.495
Lucro do exercício		-	-	-	-	3.838	3.838
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	910	-	-	(910)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	923	-	(923)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(8.182)	(8.182)
Reserva especial		-	-	-	8.181	(8.181)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)		191.052	2.515	3.133	26.357	(28.906)	194.151
Lucro do exercício		-	-	-	-	5.248	5.248
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	1.105	-	-	(1.105)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	1.215	-	(1.215)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(9.892)	(9.892)
Reserva especial		-	-	-	9.891	(9.891)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16	191.052	3.620	4.348	36.248	(45.761)	189.507

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

**Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2015	2014 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		5.248	3.838
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		6.706	6.745
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	12	149	2.742
Juros e variações monetárias sobre debêntures	12	2.037	-
Imposto de renda e contribuição social		1.363	4
Provisão de prestação de serviços		-	1.362
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução em clientes		281	(652)
(Aumento) redução no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo		552	(244)
(Aumento) no saldo de depósitos judiciais e outros créditos		(1.723)	(88)
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		263	(126)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	14	2	66
Aumento no saldo de outras contas a pagar	10	1.026	1.253
Caixa gerado pelas atividades operacionais		15.904	14.900
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15)	(762)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.889	14.138
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(1.765)	-
Adições/baixas no imobilizado e intangível		(540)	(660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.305)	(660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Emissão de Debêntures	12	16.862	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(16.250)	(10.833)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(175)	(2.637)
Pagamento de debêntures - principal	12	(11.333)	-
Pagamento de debêntures - juros	12	(1.926)	-
Pagamento de dividendos e JCP	19	(8.182)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(21.004)	(13.470)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(7.420)	8
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		8.121	8.113
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		701	8.121
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(7.420)	8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras contábeis regulatórias.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, ambas de 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Jubá, de 300 MVA, e SE Brasnorte, de 100 MVA, ambas de 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas a estas, bem como às demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 17 de junho de 2008, a companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 003/2008 para exploração das linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, pelo prazo de 30 anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009. Em 27 de novembro de 2009, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o Termo de Liberação Provisória para a operação integrada da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 04 de fevereiro de 2015, o ONS emitiu o Termo de Liberação Definitivo.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal").

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2016.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), estão descritas na nota explicativa nº 28.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pela Companhia, nas suas demonstrações financeiras.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre a base contábil de ativos e passivos e a base fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é esperada geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração entende que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categorias:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Capital social - Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

3.6 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado serão destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.8. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias; (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT; e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, e foi dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida Lei, entendeu que não haveria elevação de carga tributária em relação à legislação vigente há época e, com isso, decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no exercício de 2014, considerando a eliminação do risco de distribuição adicional de dividendos de 2014. Não houve impacto significativo no lucro líquido do exercício em decorrência da aplicação da referida Lei.

3.10. Lucro por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.11. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Caixa e bancos	348	183
Equivalentes de caixa:		
- Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)	353	5.448
- Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	2.490
	353	7.938
	701	8.121

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

A Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, concentrando 100% das suas aplicações financeiras através do referido fundo em 2015 e 68% em 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 103,02% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,60% em 31 de dezembro de 2014).

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ n.º 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, um dos acionistas da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos. A partir de 30 de junho de 2015, a Administração da Taesa retirou esta garantia, e desta forma os valores investidos pela Companhia passaram a ser classificados de acordo com a liquidez dos títulos e valores mobiliários, e apresentados de forma segregada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) de acordo com a natureza e liquidez destes investimentos no Fundo Pampulha.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do Fundo Pampulha.

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
CDBs e debêntures	611	-
Letras financeiras - bancos privados	965	-
Títulos Públicos	189	-
	1.765	-
Ativo circulante	1.728	-
Ativo não circulante	37	-

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Clientes

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes						Total 2015	Total 2014 (Não auditado)
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.285	-	172	4	12	138	2.611	2.892
Circulante							2.442	2.748
Não circulante							169	144

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$169 (R\$144 em 31 de dezembro de 2014), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças.

A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos e entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

7. Imobilizado e intangível

Imobilizado	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)+(B)	Depreciação	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	510	-	-	510	-	(91)	419	437
Máquinas e equipamentos	234.183	-	-	234.183	-	(39.093)	195.090	201.752
Veículos	94	-	122	216	122	(60)	156	60
	234.787	-	122	234.909	122	(39.244)	195.665	202.249
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	2.238	237	-	2.475	237	-	2.475	2.238
Edificações, obras civis e benfeitorias	333	-	-	333	-	-	333	333
Almoxarifado de obras	1.369	187	-	1.556	187	-	1.556	1.369
Outros	994	116	(122)	988	(6)	-	988	994

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)+(B)	Depreciação	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
	4.934	540	(122)	5.352	418	-	5.352	4.934
Total do Ativo Imobilizado	239.721	540	-	240.261	540	(39.244)	201.017	207.183

Intangível	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Valor Bruto em 2015	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
Ativo Intangível em Serviço				
Transmissão				
Servidões		1.765	1.765	1.765
		1.765	1.765	1.765
Ativo Intangível em Curso				
Transmissão				
Servidões		593	593	593
		593	593	593
Total do Ativo Intangível		2.358	2.358	2.358

	Taxas anuais médias de depreciação	2015			2014
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido (Não auditado)
Em serviço					
Transmissão - Custo histórico	2,84%	236.674	(39.244)	197.430	204.012
Em curso					
Transmissão - Custo histórico	N/A	5.945	-	5.945	5.527
Total do imobilizado e intangível		242.619	(39.244)	203.375	209.539

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material/ equipamentos	Total
Em Curso		
Máquinas e equipamentos	237	237
Material em depósito	188	188
Outros	115	115
Total do imobilizado em curso	540	540

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições diferidos

A seguir, o detalhamento dos créditos (débitos) fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução (aumento) de carga tributária futura.

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
<u>Ativo</u>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias (a)	817	1.124
<u>Passivo</u>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (b)	(1.180)	567
<u>Efeito líquido no balanço</u>		
IRPJ e CSLL diferido ativo (passivo)	(363)	557

(a) Refere-se às diferenças temporárias de rateio de antecipação.

(b) Refere-se às diferenças temporárias advindas dos ajustes da Lei 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2014 as apurações foram refeitas de acordo com a opção da Companhia pela adoção antecipada da lei.

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela Administração da Outorgada serão realizados em 02(dois) anos.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2016	2017	Total
Diferenças temporárias	431	386	817

9. Depósitos judiciais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Cíveis	1.937	249
Fiscais	126	-
	2.063	249

Ação de Cobrança intentada pela Eletronorte contra a Brasnorte com base no "Contrato de Compartilhamento de Instalações - CCI n.º 002/2009", celebrado entre as partes em 17 de novembro de 2008. Em 14 de agosto de 2012, foi assinado o Primeiro Aditivo Contratual reduzindo o valor mensal e inicial do Contrato de R\$61 para R\$23, mensais. Em suma, a Eletronorte cobra nessa ação as parcelas do contrato, no valor de R\$61, entre a celebração do contrato e a data do termo aditivo, e o valor de R\$23 para o período posterior ao aditivo, desconsiderando o fato do termo aditivo ter repactuado o valor das parcelas com data retroativa.

Em 17 de dezembro de 2014, foi publicada sentença que acolheu parcialmente a demanda proposta pela Eletronorte, reconhecendo que os valores das parcelas, eventualmente devidas pela Brasnorte, por força de contrato celebrado entre as partes, seria de R\$23, tendo em vista a assinatura do termo aditivo a esse mesmo contrato.

Em 02 de fevereiro de 2015, a Eletronorte ingressou com uma Apelação. O valor da contingência em relação a esse processo, considerando juros, multas e correção monetária totalizava o montante de R\$3.879 naquela data. O Tribunal Regional Federal negou provimento a Apelação interposta pela Eletronorte, mantendo a decisão de primeira instância, ou seja, afastando o direito ao recebimento da quantia total pleiteada.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Após o trânsito em julgado, foi apurado o valor total devido pela Brasnorte de R\$1.712 e depositado judicialmente em duas parcelas, sendo a primeira em 25 de agosto de 2015 no montante de R\$1.659 e a segunda em 08 de outubro de 2015 no montante de R\$53. A provisão correspondente, no valor atualizado de R\$1.712, foi reconhecida pela Brasnorte no passivo circulante, na rubrica "outras contas a pagar".

10. Outras contas a pagar e a receber

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Ativo circulante		
Adiantamentos a fornecedores	26	59
Antecipações de projetos de P&D (a)	236	331
Partes relacionadas (c)	19	18
Outras contas a receber (g)	139	103
	420	511
Ativo não circulante		
Outras contas a receber (b)	108	108
Passivo circulante		
Folha de pagamento	211	193
Partes relacionadas (c)	1.737	1.723
Outras	73	70
	2.021	1.986
Passivo não circulante		
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (e)	2.250	1.259
Outras (f)	430	430
	2.680	1.689

- (a) Antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo de mesma natureza registrado no grupo de taxas regulamentares no montante de R\$438 em 31 de dezembro de 2015 e R\$434 em 31 de dezembro de 2014, quando do encerramento dos projetos.
- (b) Gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2016.
- (c) Vide nota explicativa nº 11.
- (d) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reduzidos à receita mensal da concessionária R\$1.806 (reduzidos R\$1.271 no exercício findo 31 de dezembro de 2014).
- (e) Ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 31 de dezembro de 2015, o ONS aumentou a receita mensal da concessionária no montante de R\$796 (aumentou R\$61 em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, foram baixados do saldo de parcela de ajuste o valor de R\$19, referentes aos clientes que tiveram suas cobranças suspensas judicialmente, conforme Nota Técnica ANEEL nº 178 de 16 de junho de 2014.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (f) Refere-se basicamente ao montante retido do contrato com a Global Energia Elétrica S.A. para fornecimento de materiais e serviços para construção de duas linhas, Jubá/Jauru e Brasnorte/Nova Mutum, ambas em 230 kV em circuito duplo. Esse montante será liquidado quando da apresentação de determinados documentos pela Global. A Companhia estima que esse montante será liquidado em um período superior a 12 meses.
- (g) Em 31 de dezembro de 2015 refere-se basicamente a despesas de seguros e em 31 de dezembro de 2014 a um recebível oriundo de sinistro de veículo pelo Banco Itaú S.A.

11. Partes relacionadas

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre empresas ligadas						
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de CCI – EBTE x Brasnorte	17	nov/2010 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual IPC-A	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal	Não houve

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Transações entre e empresas ligadas					
1	Reembolso de custos de CCI – EBTE x Brasnorte	19	18	226	212

b) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir:

Tipo Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	Taxa efetiva de rentabilidade	
						31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)							
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	17	39	14,51%	11,84%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	82	-	15,05%	-
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	76	178	14,20%	11,75%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,72%	17	38	14,36%	11,61%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	75	-	17,20%	-
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	18	13,90%	-
Debêntures	Guanhães	20/10/2014	106% do CDI	-	-	-	11,50%
NP	Guanhães	11/10/2014	110% do CDI	-	-	-	12,00%
NC	CEMIG GT	22/06/2015	106,85% do CDI%	-	75	-	11,60%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	15	36	14,37%	0,66%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	4	-	14,37%	-
				286	384		

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com controladores						
1	Outras contas a pagar x Custos operacionais - CCI - Brasnorte x Eletronorte	30	nov/2009 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/ Atualização: pela variação acumulada do IGP-M	Não houve	Saldo passivo inclui provisão referente a ação de cobrança da Eletronorte (nota explicativa nº 10)
2	Outras contas a pagar x Custos operacionais - O&M - Brasnorte x Eletronorte	70	Set/2008 até jun/2015. Em processo de renovação.	Juros 1% a.m./multa 2%/ Atualização: pelo IPC-A	A transmissora poderá rescindir antecipada e unilateralmente esse contrato, a seu exclusivo critério.	Não houve
3	Outras contas a pagar x Despesas financeiras - Contrato de CCI (multas e juros) - Brasnorte x Eletronorte	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
4	Outras contas a pagar x Custos operacionais - O&M (outros serviços) - Brasnorte x Eletronorte (*)	1.145	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
5	Outras contas a pagar x Despesas Operacionais- "BackOffice" - Brasnorte x Taesa	22	Abr/2013 até Abr/2017	Multa de 2% a.m. / atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes	Não houve
6	Outras contas a pagar x Custos Operacionais- Reembolso de despesas - Brasnorte x Taesa (**)	N/A	N/A	Não houve	Não houve	A expectativa de companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses

(*) Serviços de O&M realizados em linhas de transmissão, sendo mais relevante o serviço de atendimento a emergência para recuperação das torres de Nova Mutum C1 e C2 no valor de R\$573.

(**) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualização monetária.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Transações com controladores					
1	CCI - Brasnorte x Eletronorte	842	1.069	556	1.167
2	O&M - Brasnorte x Eletronorte	-	78	1.411	1.066
3	CCI - Brasnorte x Eletronorte	870	520	350	520
4	Outros serviços - Brasnorte x Eletronorte	-	-	1.759	-
5	"BackOffice" - Brasnorte x Taesa	25	24	301	285
6	Reembolso de despesas - Brasnorte x Taesa	-	32	-	-
		1.737	1.723	4.377	3.038

d) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração e Conselho fiscal.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente aos exercícios de 2015 e 2014:

- Diretoria: não há remuneração.
- Conselho de Administração: não há remuneração.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Valores pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal referente aos exercícios de 2015 e 2014:

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Remuneração do Conselho Fiscal	28	10

12. Empréstimos e financiamentos e debêntures

12.1. Empréstimos

Em 12 de janeiro de 2015, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, utilizando os recursos obtidos pela emissão de debêntures.

Financiador	Captação					Encargos financeiros anuais
	Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado acumulado	Vencimento final	
<u>Moeda nacional</u>						
CEF	15/06/2010	CCB	65.000	65.000	Liquidado em 01/2015	117,50% CDI

Movimentação dos empréstimos e financiamentos					
Financiador	Saldo em 31/12/2014 (Não auditado)	Juros e Variações monetárias incorridos / Custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2015
<u>Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional</u>					
CEF	16.277	148	(175)	(16.250)	-
Circulante	10.868				-
Não circulante	5.409				-

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a amortização de custos de empréstimos foi de R\$81 (R\$151 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

12.2. Debêntures

Abertura do endividamento

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
<u>Moeda Nacional</u>									
BNP Paribas	19	5.621	-	5.640	22/06/16	Semestral	22/06/16	Semestral	SAC
Total	19	5.621	-	5.640					

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se adimplente junto a seus credores.

Não há garantias para as debêntures emitidas.

Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2015	2014 (Não auditado)
Caixa e bancos	348	183
CDBs, operações compromissadas e debêntures	964	7.938
Letras financeiras - bancos privados	965	-
Títulos públicos	189	-
	2.466	8.121
Caixa e equivalentes de caixa	701	8.121
Títulos e valores mobiliários – circulante	1.728	-
Títulos e valores mobiliários – não circulante	37	-

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014 (Não auditado)
Dívida Bruta					
Empréstimos e financiamentos - Moeda Nacional	-	-	-	-	16.277
Debêntures - Moeda Nacional	19	5.621	-	5.640	-
Ativos Financeiros					
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				(2.466)	(8.121)
Dívida Líquida				3.174	8.156

Financiador	Movimentação de debêntures					
	31/12/2014 (Não auditado)	Captação / Custos	Juros e variação monetária incorridos/custos (*)	Juros Pagos	Amortização de principal	31/12/2015
BNP Paribas (1ª emissão)	-	16.862	2.037	(1.926)	(11.333)	5.640
Circulante	-					5.640
Não circulante	-					-

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a amortização dos custos com debêntures foi de R\$ R\$92. O saldo de custos a amortizar é de R\$46.

Características das debêntures	
Data da emissão	22 de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Emitidas 1.700 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, no montante de R\$17.000.
Conversibilidade	São simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Série	Única.
Espécie	Quirografária.
Distribuição	Pública com Esforços Restritos.
Prazo e data de Vencimento	18 meses, 22 de junho de 2016
Atualização monetária	O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado.
Remuneração	Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária de 108% dos DI - Depósitos Interfinanceiros.
Data de pagamento dos juros	22 de junho de 2015, 22 de dezembro de 2015 e 22 de junho de 2016.
Prazo de Amortização	O valor nominal unitário será amortizado em 3 (três) parcelas semestrais, sendo 22 de junho de 2015, 22 de dezembro de 2015 e 22 de junho de 2016.
Repactuação	Não serão objeto de repactuação programada.
Data de aprovação em AGE	17 de dezembro de 2014.
Outras informações	Data de recebimento dos recursos: 09 de janeiro de 2015 (R\$17.000) O custo de emissão: R\$138 - 0,81% dos recursos captados.

Cinquenta por cento das debêntures foram adquiridas pelo Fundo Pampulha.

Caracteriza vencimento antecipado um ou mais eventos listados a seguir:

Cláusulas Restritivas

Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo descumprimento;

Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000 ou seu equivalente em outra moeda;

Fusão, cisão, incorporação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto por (i) determinação legal, ou por requerimento de órgãos reguladores e entidades com as quais a Emissora mantenha relação; ou (ii) se a Emissora mantiver a condução ordinária de seus negócios bem como sua situação econômico-financeira, cumprindo integralmente com suas obrigações contratuais pré-existentes;

Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$20.000 ou seu equivalente em outra moeda;

Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, observado o disposto na legislação pertinente;

Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela Taesa, exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para outra sociedade que seja controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, da Taesa;

Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$20.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro;

Alteração do estatuto social da Emissora que implique (i) na concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora; e/ou (ii) na alteração do objeto social da Emissora que modifique a área de atuação da Emissora;

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cláusulas Restritivas

Cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora, que represente uma redução de 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendia às cláusulas restritivas ("covenants").

13. Taxa regulamentares

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME e Projetos de P&D) (a)	459	454
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE (b)	8	6
Reserva Global de Reversão - RGR (c)	47	52
	514	512

- (a) No exercício de 2015, a Companhia desembolsou R\$95 referentes a projetos de P&D (R\$2 no exercício de 2014), registrados no ativo circulante na rubrica "Outras contas a receber".
- (b) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 2.099, de 26 de junho de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.788, de 19 de setembro de 2014.
- (c) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.369, de 07 de outubro de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 1.906, de 23 de junho de 2014.

14. Provisões

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão, por não ser parte em nenhuma causa com perda classificada como provável.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de causas com risco de perda classificados como possível pela Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, era de R\$6.576, sendo R\$6.574 referentes a causas fiscais e R\$2 referentes a causas cíveis (R\$16.685 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas com probabilidade de perda possível estão descritas a seguir:

- Execução Fiscal nº 0065142-42.2009.814.0301 – Trata-se de executivo fiscal ajuizado para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$3.845. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Processo Administrativo Federal nº 18470722555201287 - Trata-se de auto de infração, no valor histórico de R\$1.117, lavrado, pela Receita Federal, sob a alegação de que a empresa não teria comprovado a efetividade dos serviços prestados pelas empresas Telvent Operadora de Sistemas Elétricos e Cotesa Engenharia Ltda., razão pela qual não poderia deduzir de sua base de Imposto de Renda e de CSLL, referentes ao ano-calendário de 2008, as despesas decorrentes das atividades de operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2014 o valor era R\$11.502. A redução do valor em relação a 31 de dezembro de 2015 deve-se à verificação de que o Auto de Infração objeto do processo não contempla a exigência de débito, mas, tão-somente, determina o ajuste dos saldos de base de cálculo negativa de CSLL e de prejuízo fiscal.
- Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$1.338. Esse valor foi depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 10.

Outras informações relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e outra relativa ao Estado de destino. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos externos entendem que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica não se refere ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remoto e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária perante a ANEEL.

15. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$191.052, representado por 191.052.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	73.869.267	38,6645
Eletronorte	94.974.773	49,7115
Bimetal	22.207.960	11,6240
Total	191.052.000	100,0000

Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Outras reservas de lucros (reserva especial) - constituídas com todo ou parte remanescente do lucro apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil com a finalidade de: (i) Compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) Utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento é aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Prejuízos acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

16. Imposto de Renda e Contribuição social

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(445)	(346)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(918)	342
	(1.363)	(4)

Correntes - A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	6.611	3.842
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(2.248)	(1.306)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	1.215	923
Efeito dos prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos agora reconhecidos como impostos diferidos ativos	-	355
Outros	(330)	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)	(1.363)	(4)
Alíquota efetiva	21%	0,10%

A alíquota utilizada nas conciliações de 31 de dezembro de 2015 e de 2014 apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM - Em 7 de outubro de 2011, o Ministério da Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu os Laudos Constitutivos nº 017/2011 e nº 018/2011, que outorgam à Companhia benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pelas unidades produtivas localizadas nas áreas de atuação da SUDAM. O benefício é calculado mensalmente sobre o lucro de exploração referente às linhas Brasnorte/Nova Mutum e Jubá/Jauru, localizadas integralmente no Estado do Mato Grosso, fazendo parte da área incentivada pela SUDAM. Em 1º de junho de 2012 foram publicados no Diário Oficial da União os Atos Declaratórios Executivos nº 95 e nº 93/12, através dos quais a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do IRPJ. A fruição do incentivo fiscal vigorará até o ano-calendário 2020.

Diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes da Lei nº 12.973/14.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Imposto de renda diferido	(675)	252
Contribuição social diferido	(243)	90
	(918)	342

17. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014 (Não auditado)
Pessoal		
Remuneração	818	816
Encargos	339	325
Outros benefícios - Corrente	193	153
	1.350	1.294
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	28	10
	28	10
Total	1.378	1.304

18. Dividendos a pagar

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Taesá	3.825	3.164
Eletronorte	4.917	4.067
Bimetal	1.150	951
Total	9.892	8.182

O estatuto social da Companhia não estabelece um percentual de dividendos mínimos obrigatórios aos titulares de ações de qualquer espécie. Desta forma, conforme o inciso 1 do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório será 50% do lucro líquido, diminuído a importância destinada à reserva legal. Neste cálculo, foi diminuída também a reserva de incentivo fiscal que não pode ser distribuída a título de dividendos.

Pagamento de dividendos: em 29 de dezembro de 2015 a Companhia pagou a título de dividendos o montante de R\$8.182 referentes ao resultado do exercício de 2014.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de frota. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	LMI (a)	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral – RCG	Tokyo Marine	19/09/15 a 19/09/16	10.000	-	2
Risco Operacional - RO	Tokyo Marine	19/10/15 a 19/10/16	-	47.496	69
Seguro Veículos - Frota	Tokyo Marine	23/12/15 a 23/12/16	100% Tabela FIPE	-	8

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

20.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (debêntures), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

20.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Ativos financeiros		
<i>Mensurados a valor justo por meio do resultado</i>		
- Caixa e equivalentes de caixa	701	8.121
- Títulos e valores mobiliários	1.728	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Clientes	2.611	2.892
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	37	-
	5.077	11.013
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	505	242
- Empréstimos e financiamentos	-	16.277
- Debêntures	5.640	-
	6.145	16.519

20.4. Risco de mercado

A Companhia tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

20.5. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (*)	13,24%	13,75%	17,19%	20,63%

(*) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 22 de janeiro de 2016.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 31/12/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI</i>	2.118	11	84	157
Passivos financeiros				
<i>Debêntures - CDI</i>	5.640	(29)	(225)	(420)
		(18)	(141)	(264)

20.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

20.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui debêntures que contêm cláusulas restritivas (“*covenants*”). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento detalhada na nota explicativa nº 12.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual dos passivos financeiros não derivativos e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	-	-	6.039	-	6.039

20.9. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

20.10. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2015		31/12/2014 (Não auditado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	701	701	8.121	8.121
Títulos e valores mobiliários	5	1.765	1.765	-	-
Clientes	6	2.611	2.611	2.892	2.892
		5.077	5.077	11.013	11.013
Passivos financeiros					
Fornecedores		505	505	242	242
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	16.277	16.277
Debêntures	11	5.640	5.640	-	-
		6.145	6.145	16.519	16.519

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir.

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data-base das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas pela taxa do CDI até a data-base das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

21. Lucro por ação

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Lucro do exercício	5.248	3.838
Quantidade de ações ordinárias	191.052	191.052
Lucro por ação ordinária - básico	0,02747	0,02009
Lucro por ação ordinária - diluído	0,02747	0,02009

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Receita líquida

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Disponibilização do sistema de transmissão	22.190	20.618
Parcela variável e outras	2.196	1.611
Receita bruta	24.386	22.229
PIS e COFINS	(2.349)	(2.166)
Encargos setoriais ANEEL - Cota para RGR, P&D e TFSEE	(892)	(883)
Tributos e encargos	(3.241)	(3.049)
Receita líquida	21.145	19.180

23. Informação sobre a natureza de custos e despesas

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dos principais custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Custos com serviços de terceiros: referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com depreciação e amortização: referem-se basicamente às depreciações e amortizações dos imobilizados e intangíveis em serviço, respectivamente.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

24. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Renda de aplicação financeira	1.589	751
Receitas financeiras	1.589	751
Juros e variações monetárias líquidas:		
- Empréstimos	(148)	(2.742)
- Debêntures	(2.037)	-
	(2.185)	(2.742)
Outras despesas financeiras, líquidas (a)	(240)	(581)
Despesas financeiras	(2.425)	(3.323)
	(836)	(2.572)

25. Compromissos assumidos

Operação e manutenção dos ativos - as atividades relacionadas à operação e manutenção da linha são realizadas pela Eletronorte.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças ambientais expedidas à Companhia			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Jubá/Jauru	312086/2015	12/11/2015	11/11/2018
Brasnorte/ Nova Mutum	311067/2015	11/02/2015	10/02/2018

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Compensação ambiental - em 31 de dezembro de 2015, não existem projetos de compensação ambiental em andamento com relação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Não há saldos a pagar registrados no balanço patrimonial. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a Brasnorte possui uma obrigação de realizar projetos de compensação ambiental, cujo valor está sendo negociado com tal órgão. O valor estimado do investimento é de R\$841, sendo R\$290 realizado em 2015, R\$401 a ser realizado em 2016 e R\$150 em 2017.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - a Companhia desenvolve Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Entre os temas executados, destacam-se os listados a seguir: (i) prevenção e controle de queimadas; (ii) convívio seguro com as linhas de transmissão; e (iii) orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Os programas são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas às instalações, para atender basicamente às demandas estabelecidas por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de O&M (Operação e Manutenção) das instalações da Companhia - manutenção de faixas de servidão.

26. Outras informações

Queda das torres por Caso Fortuito ou de Força Maior - Em 15 de outubro de 2014 houve queda de 03 (três) torres da Companhia por condições climáticas adversas na região, ocasionando o desligamento da linha de transmissão. A Companhia utilizou os serviços prestados por uma de suas acionistas (Eletronorte) para a realização do reparo e reintegração do sistema de transmissão que voltou a funcionar em 9 (nove) dias. De acordo com a carta CTA ONS - 0004/410/2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS isentou a Companhia da cobrança de Parcela Variável por Indisponibilidade-PVI, por se tratar de Caso Fortuito ou de Força maior no qual o período de indisponibilidade foi menor que o prazo de isenção de PVI.

Receita Brasnorte - a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.255, de 9 de agosto de 2011, decidiu conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Companhia contra o Despacho SCT nº 2.398/2010, exarado pelo Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da ANEEL, mediante o qual não foi reconhecida a data de 24 de setembro de 2009 como a de entrada em operação integral das instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2008 - ANEEL. Em 19 de dezembro de 2013, por meio da Carta BR nº 027/2013, a Brasnorte apresentou à ANEEL, solicitação de receita proporcional para ativos independentes que compõem o empreendimento Brasnorte, especificamente, o Circuito Duplo de 230 kV - LT Jubá/Jauru, que estava disponível ao SIN na data de entrada em operação comercial, qual seja, 24 de setembro de 2009. Estima-se que o posicionamento da ANEEL acerca do caso em questão, seja expedido ao longo de 2016. Não há saldos a receber registrados no balanço patrimonial referente a esse processo administrativo.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão:

Balanco Patrimonial	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		701	-	701	8.121	-	8.121
Títulos e valores mobiliários		1.728	-	1.728	-	-	-
Clientes		2.442	-	2.442	2.748	-	2.748
Ativo financeiro	(i)	-	20.183	20.183	-	18.437	18.437
Impostos e contribuições sociais		930	-	930	1.853	-	1.853
Outras contas a receber		420	-	420	511	-	511
Total dos ativos circulantes		6.221	20.183	26.404	13.233	18.437	31.670
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		37	-	37	-	-	-
Clientes		169	-	169	144	-	144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	-	-	557	(557)	-
Depósitos judiciais		2.063	-	2.063	249	-	249
Outras contas a receber		108	-	108	108	-	108
Ativo financeiro	(i)	-	278.563	278.563	-	259.047	259.047
Imobilizado	(iv)	201.017	(201.017)	-	207.183	(207.183)	-
Intangível	(iv)	2.358	(2.358)	-	2.358	(2.358)	-
Total dos ativos não circulantes		205.752	75.188	280.940	210.599	48.949	259.548
Total dos ativos		211.973	95.371	307.344	223.832	67.386	291.218

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	2015			2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Passivos						
<i>Passivos circulantes</i>						
Fornecedores	505	-	505	242	-	242
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.868	-	10.868
Debêntures	5.640	-	5.640	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	851	-	851	794	-	794
Taxas regulamentares	514	-	514	512	-	512
Dividendos a pagar	9.892	-	9.892	8.182	-	8.182
Outras contas a pagar	2.021	-	2.021	1.986	-	1.986
Total dos passivos circulantes	19.423	-	19.423	22.584	-	22.584
<i>Passivos não circulantes</i>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.409	-	5.409
Impostos e contribuições diferidos	(ii) 363	23.573	23.936	-	14.335	14.335
Tributos diferidos	(iii) -	26.037	26.037	-	24.144	24.144
Outras contas a pagar	2.680	-	2.680	1.689	-	1.689
Total dos passivos não circulantes	3.043	49.610	52.653	7.098	38.479	45.577
<i>Patrimônio líquido</i>						
Capital social	191.052	-	191.052	191.052	-	191.052
Reserva de lucros	44.216	-	44.216	32.005	-	32.005
Lucros (prejuízos) acumulados	(v) (45.761)	45.761	-	(28.907)	28.907	-
Total do patrimônio líquido	189.507	45.761	235.268	194.150	28.907	223.057
Total dos passivos e do patrimônio líquido	211.973	95.371	307.344	223.832	67.386	291.218

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ nº 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota explicativa	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		22.190	(22.190)	-	20.618	(20.618)	-
Operação e manutenção		-	2.655	2.655	-	35.281	35.281
Remuneração do ativo financeiro		-	40.797	40.797	-	2.467	2.467
Parcela variável e outras receita bruta		2.196	-	2.196	1.611	-	1.611
Receita bruta	(vi)	24.386	21.262	45.648	22.229	17.130	39.359
PIS e COFINS		(2.349)	(1.890)	(4.239)	(2.166)	(1.463)	(3.629)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(892)	-	(892)	(883)	-	(883)
Tributos e encargos	(vii)	(3.241)	(1.890)	(5.131)	(3.049)	(1.463)	(4.512)
Receita líquida		21.145	19.372	40.517	19.180	15.667	34.847
Pessoal		(1.236)	-	(1.236)	(1.043)	-	(1.043)
Material		(103)	(540)	(643)	(33)	(736)	(769)
Serviços de terceiros		(4.649)	-	(4.649)	(3.476)	-	(3.476)
Depreciação e amortização		(6.706)	6.706	-	(6.745)	6.745	-
Outros custos operacionais		(49)	-	(49)	(405)	79	(326)
Custos operacionais	(viii)	(12.743)	6.166	(6.577)	(11.702)	6.088	(5.614)
Pessoal e Administradores		(142)	-	(142)	(261)	-	(261)
Serviços de terceiros		(665)	-	(665)	(750)	-	(750)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(148)	-	(148)	(53)	-	(53)
Despesas operacionais		(955)	-	(955)	(1.064)	-	(1.064)
Resultado da atividade		7.447	25.538	32.985	6.414	21.755	28.169
Receitas financeiras		1.589	-	1.589	751	-	751
Despesas financeiras		(2.425)	-	(2.425)	(3.323)	-	(3.323)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(836)	-	(836)	(2.572)	-	(2.572)
Resultado antes dos impostos e contribuições		6.611	25.538	32.149	3.842	21.755	25.597
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(1.363)	(8.683)	(10.046)	(4)	(7.397)	(7.401)
Lucro do exercício	(x)	5.248	16.855	22.103	3.838	14.358	18.196
Lucro por ação							
Lucro por ação ordinária - básico		0,02747	0,08822	0,11569	0,02009	0,75152	0,09524
Lucro por ação ordinária - diluído		0,02747	0,08822	0,11569	0,02009	0,75152	0,09524

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo financeiro

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ n.º 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Patrimônio líquido societário	235.268	223.057
Ativo financeiro (ICPC 01)	(298.746)	(277.484)
Imobilizado, intangível e investimentos (ICPC 01)	203.375	209.541
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	23.573	14.892
Tributos diferidos (ICPC 01)	26.037	24.144
Patrimônio líquido regulatório	189.507	194.150

(vi) Receita líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso referentes ao Pis e Cofins diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CS diferidos.

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
CNPJ n.º 09.274.998/0001-97

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(x) Lucro do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Lucro do exercício societário	22.103	18.196
Receita bruta (ICPC 01)	(21.262)	(17.130)
Deduções da receita - PIS e COFINS (ICPC 01)	1.890	1.463
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01)	540	657
Depreciação e amortização (ICPC 01)	(6.706)	(6.745)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01)	8.683	7.397
Lucro do exercício regulatório	5.248	3.838

* * * * *